

ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Contratação de clínica especializada no tratamento e reabilitação a dependentes químicos.

NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

Proporcionar tratamento e reabilitação aos dependentes químicos. A internação de dependentes químicos é regulada pela lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Diante do aumento de dependentes químicos no nosso Município nos últimos 02 anos e da busca constante de pedidos de ajuda de familiares para o tratamento dessa doença e da qualidade de vida que seus entes merecem, impossível não haver uma preocupação com a situação que nos leva a refletir sobre as formas mais eficazes de tratamento.

Dessa forma, segundo as classificações CID-10 e CID-11 (Códigos Internacionais de Doenças, 10ª e 11ª edições), a dependência química é classificada como um transtorno mental, e sua presença pode aumentar a probabilidade de desenvolvimento de outros transtornos.

Logo internação em ambiente fechado conta com recurso terapêutico mais eficaz para os cuidados com a dependência química.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - CONDIÇÕES ESPECÍFICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Localização num raio de até 200 km de distância do município de Taiuva;

Caso a empresa interessada tenha o local da internação voluntária, involuntária e/ou compulsória em cidade situada fora da região INDICADA, poderá participar, mas deverá garantir o transporte de todos os pacientes e seus acompanhantes - ida e volta, garantindo as visitas mensais, ou quando necessário.

Dispor de estrutura física adequada para realização de todos procedimentos, atendimentos, oficinas e ações propostas;

Quadro de recursos humanos em período integral, capacitado, especializado e condizente com o número de residentes e atividades desenvolvidas, conforme legislação que a rege;

Oferecer serviços especializados em regime de internação em clínica de dependência química para pacientes maiores de idade do sexo masculino e feminino, para atender internações voluntárias, involuntárias e/ou compulsórias de forma integral, 24 horas por dia, em todos os dias da semana;

Equipe técnica multiprofissional formada por médicos, enfermeiros entre outros, para avaliação, acompanhamento, orientação e evolução do tratamento, assim como, acompanhamento da família de cada paciente para melhor resultado, indicação de altas e também de medicamentos que devem auxiliar no tratamento dos pacientes;

As internações serão realizadas de acordo com a solicitação feita pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo voluntárias, involuntárias e/ou compulsórias junto a empresa vencedora, e de acordo com a necessidade de cada paciente;

A contratada deverá estar preparada para realizar a internação no ato da solicitação feita pela Secretaria Municipal de Saúde, com equipe qualificada para o atendimento e acolhimento do(s) paciente(s);

Fornecer alimentação adequada e de boa qualidade, seguindo normas vigentes da Vigilância Sanitária;

O interno deverá receber toda a assistência necessária, incluindo condições de asseio e higiene, alimentação, assistência, materiais necessários para o desenvolvimento de atividades e demais materiais que se fizerem necessários no período de internação.

A contratada deverá atender aos pacientes com humanidade, dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços, afim de beneficiar a saúde do paciente, visando alcançar sua recuperação e inserção na família e comunidade.

Os serviços deverão ser prestados de acordo com a legislação vigente;

O início dos serviços será formalizado com a emissão da Ordem de Serviços que será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com o Departamento de Compras;

A contratada deverá entregar os laudos/relatórios elaborado pelo responsável técnico da contratada, mensalmente e, sempre que for solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;

A contratada, no momento da alta do paciente, deverá informar à Secretaria Municipal de Saúde e, encaminhá-lo com as receitas médicas e relatórios para continuidade e manutenção do tratamento, se necessário;

No caso de existir o desligamento do interno, seja por ordem judicial, seja por ordem dos responsáveis (alta a pedido), ou qualquer outro motivo, o valor a ser pago deverá ser proporcional aos dias da efetiva internação.

A contratada deverá providenciar o transporte e acompanhamento dos pacientes à rede de Saúde local, se necessário e caso ocorra alguma intercorrência médica urgente durante a internação;

Ocorrendo qualquer imprevisto ou intercorrência médica com os pacientes, a contratada deverá comunicar imediatamente Secretaria Municipal de Saúde, bem como familiares e/ou responsáveis;

A Contratada deverá ter projeto terapêutico específico e individual para cada paciente;

Não efetuar a contenção física, salvo nos casos de prescrição médica com a respectiva justificativa, conforme resolução do Conselho Federal de Medicina;

Em caso de fuga do paciente, a instituição será responsável pela recaptura e seguridade do paciente, devendo comunicar a Secretaria Municipal de Saúde, bem como familiares e/ou responsáveis;

Toda medicação necessária ao atendimento de cada paciente será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde;

O tempo de permanência de cada paciente em tratamento está condicionado a indicação médica, cabendo somente a este profissional realizar tal determinação, se necessário, a Secretaria Municipal de Saúde poderá solicitar a avaliação de profissionais, do seu quadro para parecer sobre a permanência.

NATUREZA DOS SERVIÇOS:

O objeto a ser contratado, enquadra-se na categoria de serviços de tratamento e reabilitação a dependente químico.

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

Não foram constatados nos estudos realizados, nenhum impacto ao meio ambiente advindos da pretendida contratação.

DURAÇÃO DO CONTRATO:

Tendo em vista que o tratamento deverá ser realizado de forma contínua, entendemos ser possível a realização de um pregão na modalidade de registro de preços com vigência da ata de 12 (doze) meses.

ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO:

Estima-se a contratação de clínica especializada na prestação de serviços de internação em clínica de dependência química para pacientes maiores de idade do sexo masculino e feminino, para atender internações voluntárias, involuntárias e/ou compulsórias de forma integral, 24 horas por dia, em todos os dias da semana.

ITEM	QTD	ESPECIFICAÇÃO
01	05	Serviço especializado para tratamento de dependentes químicos (álcool e drogas), maiores de 18 (dezoito) anos, do sexo masculino.
02	03	Serviço especializado para tratamento de dependentes químicos (álcool e drogas), maiores de 18 (dezoito) anos, do sexo feminino.

ESTIMATIVA DE PREÇO:

As estimativas do valor da contratação devem estar abarcadas por preços unitários referenciais, mediante documentos de cotações que lhes dão suportes, observados os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços que devem constar em documento separado e classificado.

Os métodos utilizados como parâmetros de obtenção dos preços deverão possibilitar economia de escala e devem se basear nas seguintes disposições, adotadas de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO:

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o §1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em lotes, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Nesse caso, sugerimos a licitação por lotes, onde o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma, visando um aumento da competitividade do certame.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Com base nas informações levantadas ao longo deste E.T.P. - Estudo Técnico Preliminar e, considerando o objeto, conclui-se viável a contratação pretendida.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Regime de execução: Valor mensal

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

O resultado pretendido com essa contratação é o de garantir que os serviços sejam utilizados para fins de acolhimento e tratamento integral de pacientes do sexo masculino e feminino do município que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, garantindo o direito dos beneficiários à saúde e ao tratamento adequado.

Busca-se, ainda, atender com eficiência e eficácia o cumprimento de decisão judicial, na qual determina que o município providencie e efetive, às suas expensas, o encaminhamento e a permanência em residência, até quando necessitar, da paciente em unidade de Acolhimento Institucional.

GESTÃO DO CONTRATO:

A Gestora será a Supervisora dos Serviços de Saúde, a Senhora Maria do Carmo Velho, a qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso de sua execução e exercer em toda a sua plenitude a ação fiscalizadora.

ACEITABILIDADE DO OBJETO:

No ato de assinatura do contrato/ARP, vencedora da licitação deverá designar os responsáveis por atender as demandas solicitadas pela contratante e para prestar esclarecimentos sobre questões técnicas relacionadas ao planejamento, coordenação e execução.

A vencedora deverá manter estrutura de pessoal, meios de comunicação assegurando a qualidade para o regular e correto atendimento das demandas.

A contratação deverá ser feita por meio da respectiva unidade de medida adotada em cada item e deverá ser levado em consideração o período de realização.

SANÇÕES:

A aplicação de sanção administrativa será precedida de processo administrativo sancionador que obedecerá, dentre outros, aos princípios da transparência, legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, impessoalidade, eficiência, celeridade, oficialidade, publicidade e supremacia do interesse público.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado total da contratação será na conforme da pesquisa de mercado realizada pelo departamento de compras, verificando os valores contratados anteriormente.

No preço indicado deverão estar inclusos tributos, encargos sociais, previdenciários, securitários, impostos, lucros e demais despesas, incluídas as indiretas, todas necessárias à execução do objeto a ser contratado.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes para o presente procedimento já foram verificadas no departamento de contabilidade e serão acobertadas pela da seguinte Dotação Orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Ficha 156

02 – Executivo

02.06.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0018.2024 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

Secretaria Municipal de Saúde

EXIGÊNCIA DE CAPITAL SOCIAL:

Tendo em vista a não obrigatoriedade editalícia e considerando que para verificação do valor que deva constar no contrato social da empresa, se faz necessário planilha de preço por cotação antecipada, bem como considerando a simplicidade da aquisição, desnecessário se faz a exigência de capital social para participação.

CAUÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO:

Devido desobrigação legal, desnecessário se faz a exigência de caução para participação.

GARANTIA DO CONTRATO:

Devido desobrigação legal, desnecessário se faz a exigência de caução para participação.